

II Encontro anual de
INICIAÇÃO 
CIENTÍFICA DA UNESPAR

**CONSTRUINDO A HISTÓRIA DAS ESCOLAS ISOLADAS DO MUNICÍPIO DE
PORTO UNIÃO-SC**

Tania Corosque (PIC, Fundação Araucária), Unespar/Campus União da Vitória,
corosquetania@yahoo.com.br

Valéria Aparecida Schena (Orientador), Unespar/Campus de União da Vitória,
valeriaschena@yahoo.com.br

Palavras-chave: Escolas Isoladas. Ensino Primário. Cultura Escolar.

INTRODUÇÃO

As escolas isoladas têm uma longa história. Foi, de modo geral, o primeiro tipo de escolaridade possível para as zonas rurais. Sua característica básica, a de reunir em torno de um professor vários alunos de séries diferentes, data do século XIX e perpetua-se até hoje, embora na história da educação brasileira existam apenas vagas notícias sobre a educação rural.

Evidencia-se a importância das Escolas Isoladas com base no papel determinante que assumiram na alfabetização do meio rural. Com certeza essas escolas podem ser consideradas como o maior órgão alfabetizador destas comunidades isoladas. Funcionaram como aglutinadores nos territórios rurais, com relevância para as comunidades através da organização em torno da escola, onde havia igreja, campo de futebol, salão de festas, tendo a escola como meio de referência intelectual e o professor como figura modelo para comunidade.

Foram localizadas durante a realização da pesquisa, 26 Escolas Isoladas existentes no município de Porto União, contendo um amplo acervo sobre a cultura escolar do ensino primário rural entre os anos de 1970 a 1990. Neste sentido, justifica-se a importância do referido projeto, uma vez que o trabalho de catalogação de documentos históricos da educação na região possibilitará conhecer dados relevantes sobre a história da educação regional, como parte da história da educação catarinense. Além destes dados locais cotejados servirem como fontes às futuras pesquisas na área educacional do município e região.

ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NAS ESCOLAS ISOLADAS

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

A estrutura municipal de ensino de Porto União não possui registros muito precisos da sua organização¹. Sabe-se que, durante muito tempo, não havia pessoa exclusivamente responsável pela Educação Municipal. A contratação de professores, a distribuição de material escolar e a solução de problemas que surgissem no âmbito da Educação Municipal eram da competência exclusiva do Secretário do Prefeito. As visitas às escolas para acompanhamento e orientação da parte pedagógica eram feitas pela Inspeção Escolar do Estado.

Os dados que serão apresentados a seguir têm como base a Secretaria Municipal de Educação de Porto União, 2004/2008.

De 1968 a 1973, uma professora foi colocada à disposição das Escolas Isoladas e das Escolas Municipais passando-se a se dedicar exclusivamente ao controle e distribuição da merenda escolar, de materiais, etc. A parte pedagógica, no entanto, era feita em conjunto com o Inspetor Escolar do Estado.

Em fevereiro de 1973, a Prefeitura Municipal levou a termo uma reforma administrativa que, dentre as diversas alterações organizacionais que se processaram, criou o Departamento de Educação e Cultura. Na década de 1990, mais precisamente em 1993, o Departamento de Educação e Cultura passou a ser Secretaria Municipal da Educação e Cultura. Na época, o responsável pela Educação Municipal passou a ser designado pelo cargo de Secretário da Educação. Naquele ano, a Secretaria estava sob responsabilidade de um dos professores da rede.

Conforme os documentos, a missão atribuída para a Secretaria Municipal de Educação - SME é a de promover a coordenação pedagógica e administrativa da educação municipal, buscando constantemente a melhoria da qualidade de ensino através do acompanhamento e do atendimento pleno às necessidades básicas das Unidades Educacionais Municipais, tendo como responsabilidade o gerenciamento das verbas e do bem público que lhe é destinado em benefício do cidadão.

A responsabilidade administrativa pode ser observada na administração dos recursos e quando analisado o projeto de nucleação, realizado pela SME. A dificuldade em se atender a contento as escolas fora do perímetro urbano (dificuldade para se contratar professores com formação mínima necessária, escolas com atendimento multisseriado², etc.), além dos altos custos envolvidos para manutenção e melhoria das escolas, fizeram com que, no ano de 1997, o município iniciasse o processo de nucleação, que visava a desativar escolas mais distantes e com menor número de alunos, transferindo-os para as escolas maiores mais próximas, fornecendo aos alunos o transporte escolar.

Nos anos 90, as escolas isoladas e básicas passaram a ser responsabilidade dos municípios, ou seja, as escolas isoladas localizadas na zona rural, de 1ª à 4ª séries, com iniciativa do governo federal passam por um processo de nucleação. O projeto de nucleação de escolas encontrou embasamento legal na Lei nº 9394/96-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que contempla no seu artigo

¹ Dados construídos pela Secretaria Municipal de Educação (SME), com base na história do município e através do livro Conhecendo Porto União (1991) e Conhecendo Porto União Cidade Amiga (2004 - versão ampliada do primeiro).

² Turmas com um único professor de 1ª à 4ª séries, todas funcionando em um mesmo ambiente.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

28 a questão da educação básica para a população rural e prevê, no seu artigo 10, inciso II, que os estados incumbir-se-ão de: “definir, com os municípios, formas de colaboração na oferta do Ensino Fundamental, os quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros em cada uma dessas esferas do Poder Público.” Neste sentido, cabe citar a realidade local: há quatro décadas, atendia-se cerca de quarenta e três escolas municipais ou municipalizadas (repassadas pelo Estado para a administração municipal) e uma grande maioria dessas escolas eram isoladas, com salas multisseriadas. Com a nucleação, em 1999, este número reduziu-se para vinte e três escolas e, hoje, são oito as Unidades Educacionais de Ensino Fundamental mantidas pelo município. Todos os alunos de 1ª à 4ª séries que estavam nas escolas desativadas foram devidamente matriculados em Núcleos Municipais ou em escolas estaduais, ou seja, em primeiro lugar as crianças eram matriculadas na escola mais próxima de sua residência e o transporte para esses alunos era feito gratuitamente pelo município.

Com a nucleação, os investimentos puderam ser mais centralizados, o que proporcionou uma melhoria significativa no atendimento, pois aqueles são dirigidos a um menor número de escolas, agora seriadas, possibilitando a construção de mais salas e a aquisição de mais equipamentos. Além disso, as escolas estão localizadas mais próximas ao centro, o que facilita a contratação de professores com formação adequada. Outro argumento é que muitos alunos das pequenas localidades que conseguiam estudar somente até a 4ª série, podem deslocar-se até as escolas maiores, tendo a garantia de poder concluir, pelo menos, todo o Ensino Fundamental.

AS ESCOLAS ISOLADAS EM PORTO UNIÃO

O município de Porto da União teve alterada sua denominação para Porto União da Vitória, em 1855. Passou a condição de Freguesia de União da Vitória em 1877. Depois a Vila de União da Vitória, em 27 de março de 1890, data da instalação da Intendência Municipal da Villa de União da Vitória, assim permanecendo até 20 de outubro de 1916, ano em que foi assinado o Acordo dos Limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina.

A constituição de Porto União da Vitória se deu, de forma mais concreta, após o confronto do Contestado que dividiu esta região, ficando duas cidades, uma em cada Estado. Na região do ex-Contestado, a escola foi fundamental para fortalecer a ideia de pertencimento da instrução como meio para o crescimento da cidade.

Outro aspecto que permeou o contexto histórico da região foram as correntes imigratórias e, por consequência, a criação de escolas. A política imigratória, estimulada para colonizar essa área catarinense, resultou na vinda dos primeiros imigrantes alemães, italianos, ucranianos poloneses e sírio-libaneses. Com eles chegaram sua cultura, língua, hábitos e religião. Com os imigrantes surgiram as escolas coloniais para atender seus filhos. Aos poucos, elas foram se transformando em escolas públicas. Deste modo, com a chegada dos imigrantes foram criadas escolas étnicas nas comunidades

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

como forma de cultivar e preservar a cultura trazida de sua pátria e dar conta de uma demanda por escolarização não atendida pelas políticas públicas.

Tendo em vista que o Brasil é formado por povos vindos de diversas culturas, Schena e Zwierzykowski (2011) identificam que este foi o principal aspecto da formação da cultura brasileira, pois com essa miscigenação entre etnias, o brasileiro tornou-se um povo com uma cultura diversificada e rica.

Ao instalarem-se no país, esses povos imigrantes instituíram suas colônias, e assim construíam ao entorno de suas casas, como meio de centralizar, igrejas, cemitérios e as escolas. E quem frequentava a essas escolas eram os filhos de camponeses.

Nas áreas rurais e suburbanas as escolas primárias caracterizavam-se escolas isoladas, nesse sentido as autoras (TEIVE e DALLABRIDA, 2008-2011) apontam que até 1911, estas escolas e a Escola Normal eram as únicas mantidas pelo estado, de acordo com o número de alunos, uma preocupação do ensinar e aprender, para isso instituíram o método mútuo ou lições de coisas³, em que a criança aprenderia a partir do contato com os objetos. Arelado a esse novo método de aprendizagem na Reforma de Orestes Guimarães, estava a Reforma educacional, com intuito de modernizar o ensino. Desse modo a “Pedagogia Moderna iniciada no Estado de Santa Catarina conformou-se pela adesão ao discurso científico e ao ideário do nacionalismo, dois aspectos fundamentais da própria modernidade.” (SCHENA, p.18, 2015)

Partindo desse pressuposto, Stentzler compreende que em Porto União e União da Vitória especificamente:

[...] a Escola Complementar formou professores para Escola Isoladas (salas-classes multiseriadas), especialmente as rurais. As Escolas Complementares passaram a fazer parte do contexto socioeducacional das cidades limítrofes de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) somente ao final da década de 1920. (2015, p.15)

Como coloca a autora, nesse período as classes davam-se de forma multiseriadas, em que um professor lecionava para o 1º, 2º, 3º e 4º ano de acordo com o número de turmas na escola, independente dos diferentes níveis de aprendizagens e eram assim classificadas por alguns fatores como conter poucos alunos e devido também à distância entre a zona urbana e a zona rural, assim os meios de transportes eram escassos tornando-se difícil acesso aos professores, com isso muitas vezes estes por não ter outra escolha permaneciam na escola durante a semana letiva.

Classificavam-se as escolas isoladas da seguinte maneira:

Nas sedes dos municípios, as escolas isoladas eram chamadas de ‘preliminares’, nas sedes dos distritos de ‘intermédiadas’ e nos bairros de ‘provisórias’. As preliminares, regidas por normalistas e as intermédiadas por professores vitalícios ou efetivos, tinham três anos de duração e obedeciam ao seguinte programa: leitura, caligrafia, linguagem, contas, princípios de geografia e história, educação cívica, canto e

³ Em meados do século XIX, o método intuitivo foi entendido por seus propositores europeus como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar, voltando-se para alunos com domínio ineficiente de leitura e escrita e com noções de cálculo insatisfatórias, pelo fato de centrar-se exclusivamente na memória, priorizar a abstração, valorizar a repetição e não a compreensão e impor conteúdos sem exame e discussão. (STENTZLER, p.6338-6339)

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

ginástica. As provisórias, regidas por professores nomeados, também com três anos de duração, seguiam o mesmo programa, com exceção de educação cívica e ginástica (Santa Catarina 1912, p. 21-22). Para o estabelecimento de qualquer uma delas era necessária a existência de no mínimo 60 crianças de 7 a 14 anos. (TEIVE e DALLABRIDA, 2011, p.72-73)

É evidente que essas escolas foram fundamentais para a educação da sociedade, mesmo precárias e enfrentando dificuldades diversas, pois ainda nesse período nem todas possuíam sede própria, não existia material didático suficiente, entendendo a falta de professores ou professores totalmente despreparados para assumir as turmas, que além de ser docente, tinham de desempenhar outras funções ao mesmo tempo. Visto que as atenções políticas muitas vezes voltavam-se aos grupos escolares, não oferecendo apoio necessário às escolas isoladas.

No contexto educacional catarinense, essas escolas desempenharam um papel decisivo no processo de aprendizagem. As comunidades rurais tinham como o “centro” a igreja, a escola, o salão de festas, o campo de futebol. Sendo a escola o ponto de referência intelectual, e o professor exercia o papel central. (BAUMANN, 2012)

Nesse tocante, durante o processo de pesquisa foram localizados documentos e materiais, através da localização e o mapeamento de fontes documentais primárias pertinentes à institucionalização, e às práticas desenvolvidas nas escolas rurais de Porto União – Santa Catarina. Foram encontrados documentos e registros, pertencentes a 27 Escolas Isoladas Municipais, respectivas dessa região.

Acrescenta-se ainda a justificativa da pesquisa em relação aos Centros Cívicos Escolares, uma vez que existe uma legislação regulamentando o funcionamento destes e ao fato de serem encontrados documentos referentes às Escolas, em especial as Isoladas, comprovando que realmente esses centros existiram.

No quadro abaixo, os dados estão especificados por nome da escola, localidade que se encontrava, nome do Centro Cívico. Desse modo servirá de base como objeto de pesquisa neste artigo.

Tabela 1

Apresentação das Escolas Isoladas Municipais, Centros Cívicos Escolares e Localidade.		
Nome da Escola Isolada Municipal	Nome Centro Cívico Escolar	Localidade
E. I. M. Xaxim Jangada	CCE Rui Barbosa	Xaxim Jangada
E. I. M. Cachoeirinha	CCE Lidia Buch	Cachoeirinha
E. I. M. Capão Grande	CCE Princesa Izabel	Capão Grande
E. I. M. Nova Pátria	CCE Princesa Izabel	Nova Pátria
E. I. M. Salto do Pintado	CCE Carlos Gomes	Salto do Pintado
E.I.M. Rio Campestre	CCE Machado de Assis	Rio Campestre

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

E.I.M Salto do Rio Bonito	CCE Humberto de Alencar Castelo Branco	Salto do Rio Bonito
E.I.M Rio Diamante	Não consta nome do centro Cívico	Rio Diamante
E.I.M Serra de Santa Cruz	CCE Antônio Carlos Gomes	Serra de Santa Cruz
E.I.M Aquiles Stenghel	José Bonifácio	Aquiles Stenghel
E.I.M Rio D' Areia	CCE Rui Barbosa	Rio D' Areia
E.I.M Britador Km 13	CCE Alberto Santos Dumont	Britador Km 13
E.I.M Avencal	CCE Santos Dumont	Avencal
E.I.M Rio Alonso	CCE Dom Pedro I	Rio Alonso
E.I.M Dr Lauro Muller Soares	CCE Benjamin Constant	Caçadorzinho
E.I.M Cabeceira da Barra Grande	Não consta nome do centro Cívico	Cabeceira da Barra Grande
E.I.M Cerro Pelado	CCE Eurico Gaspar Dutra	Cerro Pelado
E.I.M Barreiros	CCE Marechal Deodoro da Fonseca	Barreiros
E.I.M Jardim Bela Vista	CCE Emílio Taboada Diez	Bela Vista
E.I.M Barra Grande	CCE Campos Salles	Barra Gande
E.I.M Rio Rondinha	CCE Olávo Bilac	Rio Rondinha
E.I.M Rio Tamanduá	CCE Rui Barbosa	Tamanduá
E.I.M Legrú	CCE Dom Pedro I	Legrú
E.I.M Antônio Candido	CCE Barão do Rio Branco	Antônio Candido
E.I.M Pintadinho	CCE Anita Garibaldi	Pintadinho
E.I.M São Domingos	CCE Alberto Santos Dumont	São Domingos
E.I.M Lageado das Antas	CCE José Bonifácio	Lageado das Antas

Fonte: Dados organizados pelos autores, com base nos dados coletados, 2016.

No quadro acima, pode-se perceber que em Porto União – SC, as escolas eram nomeadas com o mesmo nome pertencente à comunidade.

Após o golpe militar de 1964, foi instaurado o início da Ditadura Militar, desse modo ocorreram várias mudanças na sociedade, inclusive na educação, com essa nova visão, o governo direcionava o ensino, para um modelo mais técnico voltado ao civismo, patriotismo e a religiosidade na educação.

Neste sentido o currículo escolar sofreu influencia deste momento político, sendo implantadas

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

disciplinas como a Organização Social e Política Brasileira (OSPB), Educação Moral e Cívica, e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), nesta modalidade estava a educação de jovens e adultos. Também eram instituídos programas como os Centros Cívicos Escolares (CCEs) nas escolas isoladas. Nesse sentido como estabelece (SAVIANI, 2009, p.11) “A partir dessas propostas a metodologia de ensino encontrava-se completamente ligada à racionalidade, eficiência / eficácia e produtividade, realmente importando nessa abordagem comportamentalista o “aprender a fazer”.

Durante as catalogações foram encontrados registros de Atas dos Centros Cívicos Escolares pertencentes às Escolas Isoladas, compreendendo às décadas de 1984 a 1987, a maioria dos relatos são manuscritos. Somente um registro foi encontrado em livro Ata, pertencente à Escola Isolada Municipal Pintadinho, CCE Anita Garibaldi, dois em cadernos pequenos, E.I.M Aquiles Stenghel CCE José Bonifácio, e E.I.M os demais em folhas de sulfite ou em folhas de papel almaço. Na E.I.M Rio Campestre, CCE Machado de Assis, e E.I.M Legrú CCE Dom Pedro I, os registros foram datilografados.

Nesses registros dos Centros Cívicos, foram localizadas informações quanto aos integrantes, eleições de posse das diretorias, seus integrantes, e o que era discutido nas reuniões. Estas em geral ocorriam uma vez ao ano, para fazer a eleição e descreviam de forma sintética, as atividades realizadas durante o ano.

Partindo desse pressuposto, o governo com intuito de continuar sua política de controle, através do decreto nº 68.065/1971⁴ em seu artigo 31 estabelece que:

Nos estabelecimentos de qualquer nível de ensino, públicos e particulares, será estimulada a criação de Centro Cívico, o qual funcionará sob a assistência de um orientador, elemento docente designado pelo Diretor do estabelecimento, e com a diretoria eleita pelos alunos, destinado à centralização, no âmbito escolar, e à irradiação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando. (BRASIL, 1971)

Durante a pesquisa localizou-se um documento enviado pela Secretaria da Educação Coordenação Estadual de Moral e Cívica, do ano de 1982, com as instruções para os Centros Cívicos Escolares – (CCE), e um trecho deste manual, estabelecia-se que:

O CCE destina-se a centralizar no âmbito do estabelecimento e ensino e irradiar adequadamente na comunidade local atividades de Educação Moral e Cívica, bem como cooperar na formação ou aperfeiçoamento do caráter, preparando a juventude para as atividades cívicas da democracia. Visa estabelecer o espírito brasilidade, sem prejuízo do respeito e apreço a todas as Nações, enaltecendo o civismo como decorrência da Moral e os atos cívicos como atos morais relacionados com a grandeza espiritual e material da Pátria. Deverá ser bem orientado e dirigido de modo a atuar significativamente em problemas fundamentais: formação do caráter e início do preparo do jovem para as atividades cívicas da democracia brasileira. O

⁴ Lei 68.065 de 14 de janeiro de 1971, regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

CCE deve ser frequentado pelos seus membros com atitudes de respeito e reverência aos mais sagrados valores representativos da nossa Pátria.

Todo centro cívico terá um patrono, cuja escolha deverá recair em um brasileiro nato ou naturalizado, falecido e diferente daquele que, eventualmente dê o nome ao estabelecimento, e que tenha efetivamente contribuído para a formação da Pátria em qualquer dos seus aspectos. (SANTA CATARINA 1982, s. p.)

Dessa maneira, percebe-se como era imposto o civismo à sociedade como um todo, e a escola seria a responsável por “moldar” esse cidadão de acordo com o estabelecido. Neste viés, Plácido (2014), expõe que o espaço escolar serviu de base para difundir a ideologia do regime militar. “[...]A educação cívica foi uma das formas encontradas para constituição de um novo modelo de nação que se pretendia construir, pois, estava centrada na formação de cidadãos patriotas e religiosos, que valorizassem a família, a moral e trabalhassem para o crescimento da nação.” (p.5).

Como finalidades, os Centros Cívicos Escolares apresentavam-se da seguinte forma:

- a) Considerar o civismo, nos três aspectos fundamentais: caráter, com base na moral, tendo fonte Deus nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e as suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa e permanente em benefício do Brasil;
- b) Projetar-se sobre as atividades de classe e extraclasse enumeradas no Art. 31 e seu parágrafo único;
- c) Elaborar o Código de Honra do Aluno, nos níveis primário e médio, e o Código de Honra Universitário, no nível superior.
- d) Empregar modernos processos de comunicação e explorar o desejo natural do educando de realizar novas experiências; (§ 2º do artigo 32 do Decreto 68.065/71) (Diretrizes da CNMC). (BRASIL, 1971)

Partindo desse pressuposto, observa-se que naquele momento tanto o civismo quanto a religiosidade eram empregadas de maneira impositiva pela escola, ou seja, utilizava-se como forma de reforçar este caráter autoritarismo, um dos exemplos que pode-se citar seria a máxima: “Deus e o amor à Pátria”, esta máxima era empregada para a conformação da formação moral dos indivíduos.

Na figura abaixo, evidencia-se o que foi descrito anteriormente.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

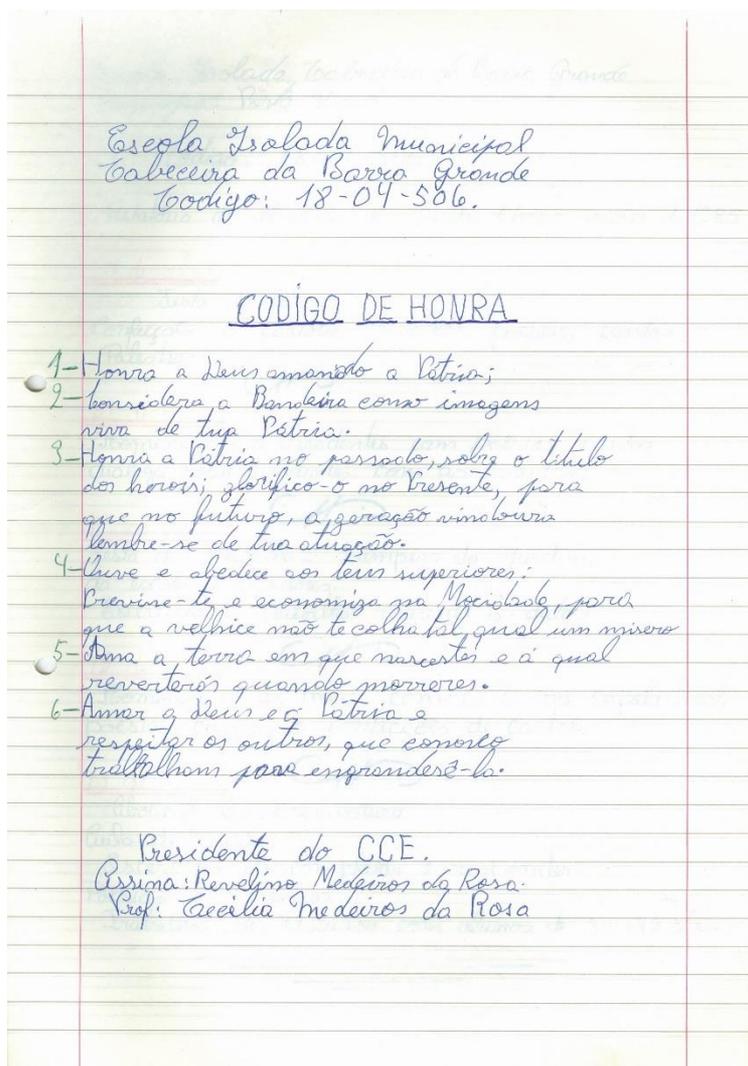


Imagem 1: Código de Honra Escola Isolada Municipal Cabeceira da Barra Grande. Fonte: Escola Isolada Municipal Cabeceira da Barra Grande (2016)

Neste registro encontrado da E.I.M Cabeceira da Barra Grande, fica visível como dava-se o código de honra, ligando sempre o amor a Deus e à Pátria, em um sentido de que os dois tem o mesmo “valor” perante a sociedade.

Esses documentos representam momentos vivenciados pela escola e fazem parte da cultura escolar. Logo, é por meio desses registros que constituem os arquivos escolares, os pesquisadores conseguem entender os aspectos individuais das instituições, apresentando o que foi desenvolvido resultando na cultura escolar das instituições. (PLÁCIDO, 2011)

De modo geral, nos relatos, os professores relatavam de maneira muito sucinta, somente apresentavam as datas cívicas e comemorativas, não se aprofundando no tema.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

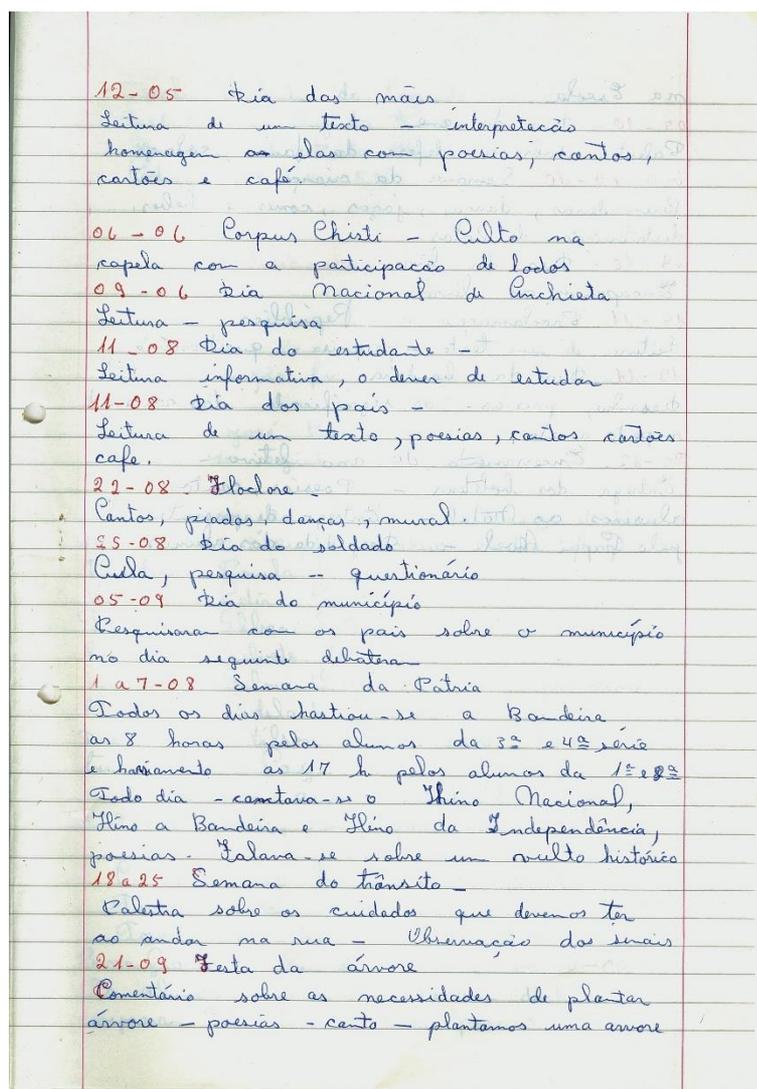


Imagem 2 - Registro do CCE Lageado das Antas.

Fonte: Porto União - Santa Catarina, 2016.

Conforme a figura apresentada acima, evidencia-se que a semana da Pátria era a mais influente de todas as datas, na composição do Pelotão da Bandeira, em que as crianças deveriam cantar o hino Nacional, realizar o hasteamento da bandeira no início da aula, e o arreamento ao final desta. Tenda disciplina como sendo de ordem enaltecida.

A figura 2 apresenta uma turma de alunos da Escola Isolada Municipal de Pintadinho.

**II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.**



Imagem 3: Turma de alunos EIM Pintadinho
Fonte: Centro Cívico EIM do Pintadinho (2016)

Observa-se na figura 2, os alunos representando a hora cívica, com bandeiras, símbolos da bandeira, o hino, como sentimento de amor e devoção à Pátria. Também pode-se perceber a presença do uniforme, em que as meninas utilizavam as saias e camisetas ou camisa branca, e os meninos calça social azul e camisa branca.

Conforme Plácido (2014, p.8). Este item engloba todos os aspectos considerados fundamentais para a formação do cidadão, que deveria ser trabalhador, religioso, patriota e obediente. Dentre estes aspectos fica evidente o papel importante desempenhado pela religião para a formação moral dos cidadãos e cidadãs.

Foram localizados também, nos registros de algumas escolas, atividades feitas pelos alunos, compreendendo em cópia de textos, redações e desenhos. A figura 3, da Escola Isolada Municipal de São Domingos, Centro Cívico Escolar Alberto Santos Dumont.

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

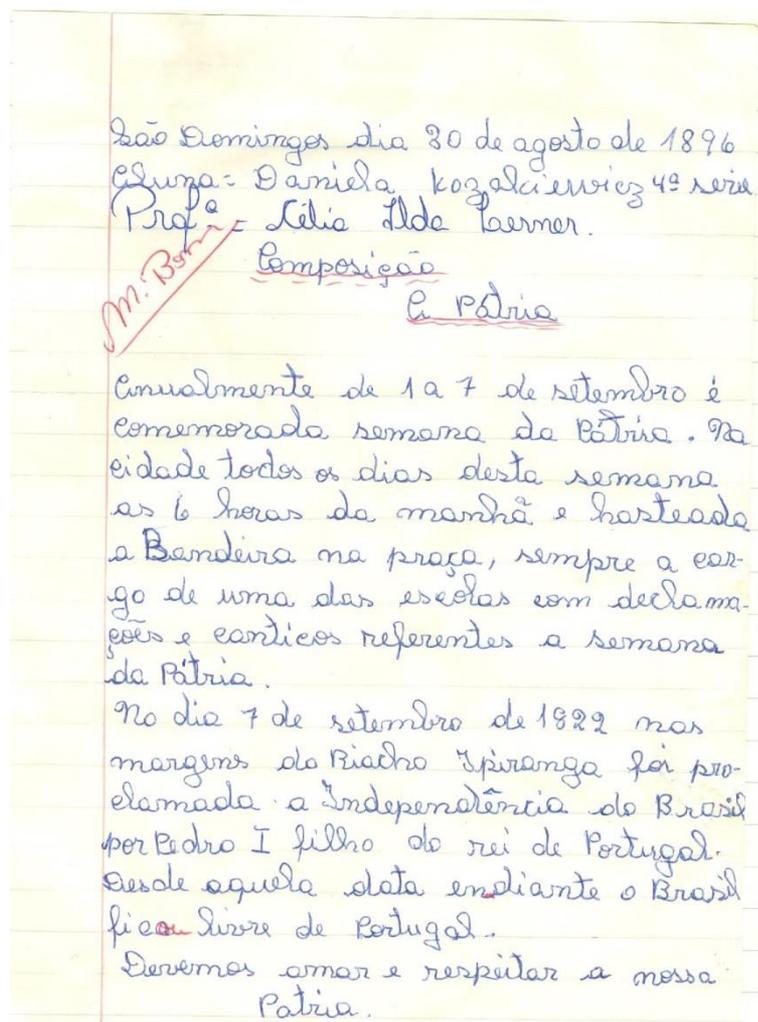


Imagem 4: Redação sobre a Pátria
Fonte: Centro Cívico Alberto Santos Dumont (2016)

Logo, a imagem apresentada acima, traz um texto escrito por uma aluna da 4ª série, em que ela fala sobre a semana da Pátria. Relatando como ocorrem as atividades cívicas nesse período.

De acordo com Guilherme, “[...] Os CCE tinham como objetivo desenvolver nos sujeitos, já desde crianças, os hábitos e costumes que o governo vigente acreditava ser propício para a nova fase da nação brasileira.” (p.1)

Podendo assim compreender, que a partir dos dados pesquisados e analisados, as escolas não tinham um devido suporte, pois alguns registros ficavam vagos, como se a escola tivesse muitas obrigações a cumprir e o registro do Centro Cívico era um “fardo”, pois uma vez que a escola possuía apenas uma professora, esta deveria atender as funções de lecionar, preparar o lanche, realizar a limpeza da escola, não sobrando tempo suficiente para realizar tarefas burocráticas impostas pelo governo, como no caso dos Centros Cívicos Escolares, em que a proposta desse governo ditador e autoritário, propiciando a sociedade a falsa impressão de uma sociedade igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo oportunizou um contato com a realidade da Rede Municipal de Porto União-SC. Foi possível olhar muitos aspectos, no entanto, focalizou-se nesta pesquisa, principalmente, a constituição da escolarização primária nas Escolas Isoladas. O processo de resgate das fontes primárias e secundárias referentes aos documentos escolares produzidos pelas Escolas Isoladas permitiu-nos ampliar as possibilidades de compreensão da própria História da Educação, na medida em que elas se relacionam com o todo, e não são uma mera subdivisão da educação. A reconstrução histórica depende essencialmente das fontes, que são o ponto de origem, a base e o ponto de apoio para a produção historiográfica.

Evidencia-se a importância das Escolas Isoladas com base no papel determinante que assumiram na alfabetização do meio rural. Com certeza essas escolas podem ser consideradas como o maior órgão alfabetizador destas comunidades isoladas. Outrossim, funcionaram como aglutinadores nos territórios rurais, com relevância para as comunidades verificada através da organização em torno da escola, havia igreja, campo de futebol, salão de festas, tendo a escola como meio de referência intelectual, e o professor como uma figura modelo para comunidade.

Os Centros Cívicos representaram um modo de inculcar valores da sociedade para a esfera escolar, as atividades desenvolvidas tinham o cunho de disciplinar e aplicar ensinamentos cívicos e do cotidiano escolar procurando instruir seus educandos.

Neste sentido, as prescrições sobre as atividades desenvolvidas pelos CCE, bem como as tarefas indicadas pelas professoras para nortear a ação cultural nas escolas primárias, significaram a introdução de modos de organização pretendidos pelo Estado catarinense e reproduzidos pelas Escolas Municipais, através do envolvimento de toda comunidade nas atividades propostas pela escola.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, Siuzete Vandresen. **Da vida das Escolas Rurais Isoladas a uma Escola Isolada da Vida Rural: Aprendizagens do processo de nucleação em santa rosa de lima**. 135f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRASIL. **Lei nº 68.065**, de 14 de janeiro de 1971. Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <

II Encontro Anual de Iniciação Científica
Universidade Estadual do Paraná
Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=95762&norma=120351>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

PLÁCIDO, Gilmara Duarte. **Experiências estudantis inscritas nas atas dos Centros Cívicos: Santa Catarina (1967-1992)**. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

PLÁCIDO, Gilmara Duarte. Educação, Civismo e Religiosidade durante a Ditadura Civil- Militar no Brasil (1964-1985). In: X ANPED SUL. Florianópolis: **Anais...** 2014. p.1-17.

SCHENA, Valéria Aparecida. ZWIERZYKOWSKI, Even Marila Bilinski. **A Organização do Ensino dos Imigrantes Poloneses no Município de Mallet – Paraná (1900 – 1940)**. In: História da educação: intelectuais, memória e política / Dermeval Saviani...[et al.]. Campinas – SP, 2011, v.2 p.1-21

SCHENA, Valéria Aparecida. **Representações e apropriações da Pedagogia Moderna no Grupo Escolar Professor Balduino Cardoso de Porto União-SC (1918-1957)**. 247 f. Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

STENTZLER, Márcia Marlene. **Entre questões limdeiras e a superação de fronteiras: a Escola Complementar em Porto União (SC) e União da Vitória (PR), 1928-1938**. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Paraná, Curitiba. 2015.

TEIVE, Gladys, Mary Chizoni. DALLABRIDA, Norbeto. A escola da República: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.